

UTTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 47.157.125/0001-93

NIRE: 35300607252

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2025**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Aos 07 dias do mês de abril de 2025, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240.
2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia, conforme o parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (a "LSA"), em razão da totalidade dos acionistas.
3. **MESA:** Presidente da Mesa e Secretário: **Débora Lofiego Rodrigues Paiva**.
4. **ORDEM DO DIA:** (a) aprovar a renúncia do Sra. **Débora Lofiego Rodrigues Paiva**; (b) aprovar a eleição do Sra. **Priscila França Parigine**; e (c) Consolidação do Estatuto Social.
5. **DELIBERAÇÕES:** Submetida a Ordem do dia a exame e discussão, os acionistas decidiram, por unanimidade de votos, sem ressalvas ou reservas, as seguintes deliberações:

(a) Neste ato, é aprovada renúncia do Sra. **DÉBORA LOFIEGO RODRIGUES PAIVA**, brasileira, solteira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.054.144-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 260.028.458-36, com endereço comercial na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240, conforme Termo de Renúncia no Anexo I desta ata.

(b) Neste ato, aprovam a eleição da Sra. **PRISCILA FRANÇA PARIGINE**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 40.199.018-7 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº. 317.840.478-30, com endereço comercial na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-

240, conforme Termo de Posse e Desimpedimento no Anexo II desta ata.

Os diretores declaram, sob as penas de lei, de que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que o impeça de exercer atividades empresarias, bem como que não está impedido de exercer a administração da companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade, ou qualquer outro que o impeça de exercer atividades mercantis.

(c) Aprovar a Consolidação do Estatuto Social (Anexo III).

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata que se refere esta Assembleia. O presente instrumento é uma cópia fiel, lavrada em livro próprio na sede da companhia.

São Paulo/SP, 07 de abril de 2025.

MESA

Débora Lofiego Rodrigues Paiva
Presidente e Secretária



2

ANEXO I

UTTER PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia")

Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240.

Ref.: Renúncia ao cargo de membro da Diretoria

Prezados Senhores,

Eu, Sra. **DÉBORA LOFIEGO RODRIGUES PAIVA**, brasileira, solteira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.054.144-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 260.028.458-36, com endereço comercial na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240, venho, por meio desta, agradecer a confiança em mim depositada durante todos esses anos em que estive à frente do cargo de Diretor da Companhia e comunicar que, renuncio, a partir de 07 de abril de 2025, a todos os poderes e funções decorrentes do exercício do cargo de Diretora da **UTTER PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240 ("Companhia"), ressaltando a não responsabilidade pessoal por qualquer dos atos praticados quando do exercício do cargo de Diretor da Companhia, visto que toda a atuação foi pautada por ordens emanadas dos acionistas e nunca tomadas individualmente.

No mais, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

São Paulo/SP, 07 de abril de 2025.

Cordialmente,

DÉBORA LOFIEGO RODRIGUES PAIVA

ANEXO II

TERMO DE POSSE E DESIMPEDIMENTO

No dia 07 de abril de 2025, a Sr.(a) **PRISCILA FRANÇA PARIGINE**, brasileira, divorciada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 40.199.018-7 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº. 317.840.478-30, com endereço comercial na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240, após o cumprimento das formalidades legais, toma posse e entra no exercício do cargo de Diretora **UTTER PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240, inscrita no CNPJ/ME sob nº 47.157.125/0001-93 ("Companhia"), com mandato de 3 (três) anos contados da assembleia que o elegeu, permanecendo no cargo até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social findo em 07/04/2028. A Diretora ora empossada declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

São Paulo/SP, 07 de abril de 2025.

Priscila França Parigine
Diretor Presidente

ANEXO III

UTTER PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 47.157.125/0001-93

NIRE: 35300607252

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

NOME, OBJETO, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO.

Artigo 1º - A **UTTER PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, que se regerá por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A sociedade tem por objeto o comércio varejista de livros, comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações, representação comercial e agente do comércio de jornais e outras publicações, comércio de atacadista de medicamentos e drogas de uso humano, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica, atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto os dados cadastrais.

Artigo 3º - A Companhia terá sua sede na Rua Antônio Andrade, nº. 72, sala 2010 – F, Cerâmica, Cidade São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, CEP 09.540-240, e poderá instalar, alterar e encerrar filiais, depósitos e agências em outras praças do País e do exterior, mediante deliberação da Diretoria/Assembleia Geral.

Artigo 4º - A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 100.000 (cem mil), de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 7º - À Companhia é facultado, mediante deliberação de acionistas que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante, emitir novas ações, sem

guardar proporção com as espécies e/ou classes das ações já existentes, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, bem como criar ações preferenciais, observado limite legal de metade do total das ações da Companhia.

Parágrafo Primeiro: As emissões de ações destinadas à subscrição ou à bonificação serão feitas por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá todas as condições a que estarão sujeitas as emissões.

Parágrafo Segundo: Os acionistas terão preferência, na proporção de suas respectivas participações, para subscrever ações nos aumentos de capital da Companhia, observado o prazo legal de 30 (trinta) dias para o exercício desse direito.

CAPÍTULO III DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DE ACIONISTAS

Artigo 8º - A Assembleia Geral é a reunião dos acionistas, convocada e instalada na forma prevista na lei e neste Estatuto, a fim de deliberar sobre matérias de interesse da Companhia.

Artigo 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo, relatório dos administradores e parecer do Conselho Fiscal, conforme aplicável; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger os administradores e fixar sua remuneração global e a Extraordinária sempre que necessário; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. A Assembleia Geral será convocada com observância dos preceitos legais (i) pelo Diretor Presidente, com a indicação da ordem do dia; (ii) pelo Conselho Fiscal; ou (iii) por seus acionistas, em observância aos dispositivos legais.

Artigo 10º - A convocação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária obedecerá aos prazos mínimos estabelecidos em lei e neste Estatuto.

Artigo 11º - Somente poderão tomar parte e votar nas Assembleias Gerais da Companhia, os acionistas cujas ações estejam devidamente registradas em seu nome no livro próprio da Companhia.

Artigo 12º - As procurações de acionistas e os documentos comprobatórios de qualidade para representação nas Assembleias Gerais deverão ser apresentados na Assembleia, antes de sua instalação, sob pena de não poder o mandatário ou representante participar e votar nas respectivas Assembleias Gerais.

Artigo 13º - As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Diretor Presidente e, na sua ausência, por (i) qualquer outro Diretor; (ii) qualquer acionista; ou (iii) advogado, desde que devidamente eleito pelos presentes em tal assembleia, o qual convocará um dos presentes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos.

Artigo 14º - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ou seja, 50% (cinquenta por cento) mais um dos votos válidos, considerando o total do capital social votante, não computados os votos em branco, ressalvadas as hipóteses de quórum qualificado para certas matérias, previstas em lei.

CAPÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 15º - A Companhia será administrada por uma Diretoria, nas formas da Lei e nos termos deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro: Os membros da Diretoria estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão e serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas de reuniões da Diretoria.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral fixará anualmente a remuneração dos membros da Diretoria.

Artigo 16º - A Diretoria será composta por 01 (um) membro, sendo um Diretor Presidente e o Diretor sem designação específica, todos residentes no país, acionistas ou não, com mandato de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: Poderá a Assembleia Geral, por deliberação da maioria simples de seus membros, destituir qualquer Diretor.

Parágrafo Segundo: O Diretor poderá fazer jus ao recebimento de uma remuneração pelo exercício do cargo, em montante compatível com as funções que vierem a ser exercidas por tal profissional, conforme determinado pela Assembleia Geral da Companhia.

Artigo 17º - Respeitado o disposto neste Estatuto Social, e o disposto na legislação aplicável, compete à Diretoria, na forma abaixo, administrar a Companhia com os mais amplos poderes de gestão, podendo desenvolver todos os negócios sociais, sendo de sua competência tudo o que não for vedado ou atribuído a outro órgão da Companhia por lei ou pelo presente Estatuto Social, inclusive a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante repartições públicas em

geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e instituições financeiras em geral, praticando atos convenientes para a perfeita realização dos objetivos sociais.

Parágrafo Único: A representação da Companhia e sua gestão será realizada: (a) sempre em conjunto por 2 (dois) Diretores; (b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia; ou (c) isoladamente por 1 (um) procurador da Companhia investido de poderes específicos.

Artigo 18º - Os mandatários da Companhia serão nomeados por procuração subscrita necessariamente pelo Diretor Presidente, com prazo de validade não superior a 1 (um) ano, na qual serão expressamente especificados os poderes outorgados, sob pena de invalidade do mandato.

Parágrafo Único: Com exceção aos dispositivos supra, os procuradores com poderes "ad judicium" poderão exercer o mandato isoladamente, por tempo indeterminado, e poderão substabelecer com reservas de iguais poderes.

Artigo 19º - Observado o disposto neste Estatuto Social, é vedado ao Diretor, em conjunto ou isoladamente, praticar qualquer ato que obrigue a Companhia em negócios estranhos aos interesses e objeto social e/ou assuma, em nome da Companhia, obrigações em benefício ou em favor de terceiros.

Artigo 20º - Em caso de ausência ou impedimento temporário, ou vacância de qualquer um dos Diretores, a Assembleia Geral elegerá um substituto para completar o mandato do Diretor ausente, impedido ou vacante, observada a forma de nomeação acima referida.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Artigo 21º - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei das S.A., e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento.

Parágrafo Primeiro: Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Segundo: As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO

Artigo 22º - O Exercício Social da Companhia coincidirá com o ano civil, oportunidade em que se procederá ao levantamento do balanço patrimonial e das respectivas demonstrações financeiras da Companhia.

Artigo 23º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 5% (cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo Único: O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

Artigo 24º- A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em Lei.

Parágrafo Primeiro: Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado.

Parágrafo Segundo: Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

CAPÍTULO VII DIREITO DE RECESSO E LIQUIDAÇÃO DOS HAVERES

Artigo 25º - Fica desde já acordado que os acionistas somente poderão se retirar da Companhia nos casos previstos em Lei, nos termos do artigo 137 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 26º - Os haveres serão calculados mediante Balanço Patrimonial Especial, a ser preparado em até 120 (cento e vinte) dias contados da data do evento, de acordo com os valores de mercado dos bens integrantes do ativo da Companhia na data do evento, embasada em laudo de empresa de reputação ilibada, contratadas por decisão da totalidade do capital remanescente, e serão pagos em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 180 (cento e

oitenta) dias da data do evento de retirada, corrigidas pelo IGP-M/FGV, positivo, ou por qualquer índice que venha a substituí-lo.

Parágrafo Único: Se o acionista retirante não concordar com o laudo poderá no prazo de 30 dias, nomear uma segunda empresa. Caso os laudos não tenham uma diferença de mais de dez por cento, será adotado o valor médio dos dois laudos. Caso a diferença seja maior do que dez por cento, será nomeada, de comum acordo, uma terceira empresa, adotando-se como valor definitivo o valor médio entre o valor apurado por esta terceira empresa e o valor de um dos dois laudos anteriores que dele se aproximar.

Artigo 27º - Caso a Companhia não possua caixa necessário para fazer frente ao pagamento dos haveres, tais haveres poderão ser pagos pela Companhia mediante dação em pagamento de imóveis de titularidade da Companhia.

Parágrafo Primeiro: Em qualquer das hipóteses prevista para o exercício do direito de retirada, os acionistas e a Companhia deverão observar os seguintes princípios:

- (a) a preservação da continuidade das atividades da Companhia; e
- (b) a manutenção do seu capital de giro.

Parágrafo Segundo: O pagamento dos haveres mediante dação em pagamento de imóveis de titularidade da Companhia seguirá as seguintes formalidades:

- (a) a administração da Companhia apresentará, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega do Balanço Patrimonial Especial, proposta de partilha dos imóveis de titularidade da Companhia;
- (b) no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da proposta mencionada no item (a) acima, o acionista que se retira da Companhia decidirá se aceita ou se recusa a proposta, observado que, decorrido este prazo sem manifestação do acionista, será considerada manifestação tácita de sua concordância sobre a proposta da Companhia, de forma que a dação em pagamento de imóveis indicados será considerada devido e deverá ser paga no prazo estipulado na referida proposta, sem que qualquer outra formalidade seja necessária;
- (c) caso o acionista recuse, tempestivamente, a proposta da administração, conforme itens acima, a administração da Companhia apresentará, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da manifestação do acionista, nova proposta de partilha dos imóveis de titularidade da Companhia;
- (d) no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da proposta mencionada no item (c) acima, o acionista que se retira da Companhia decidirá se aceita ou se recusa a proposta, observado que, decorrido este prazo sem manifestação do acionista, será considerada manifestação tácita de sua concordância sobre a proposta da Companhia, de forma que a dação em pagamento de imóveis

indicados será considerada devida e deverá ser paga no prazo estipulado na referida proposta, sem que qualquer outra formalidade seja necessária;

(e) caso o acionista recuse, tempestivamente, a nova proposta da administração, conforme itens acima, referido acionista, desde já, concorda em aguardar que a administração da Companhia venda, pelo preço de mercado, a quantidade de imóveis que se façam necessários para atingir o valor dos haveres do respectivo acionista, para que possa pagá-lo em moeda corrente nacional, conforme o recebimento dos recursos financeiros obtidos em tais vendas.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28º - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante.

Artigo 29º - A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes.

Artigo 30º - Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas da interpretação do presente Estatuto Social.

Visto Advogado:

Maximiliano José Ranzani Garcia
OAB/SP 251.649
Advogado

AGE 07.04.2025 - UTTER.pdf

Documento ID:

mte1oduxfezsaxhzawdufda0lza4lziwjmjugmtm6mti6ndz8mgeymziymjmtmdnims00odjjltk4zdcty0ndzahnzmzknmfdkw
Hash do documento original: c18785997a1063aae09f6048db198ceb6533b2d22ac6bd0be6e73059aee2b972

Assinaturas

DÉBORA LOFIEGO RODRIGUES PAIVA

Assinou como presidente

PRISCILA FRANÇA PARIGINE

Assinou como diretor

Maximiliano José Ranzani Garcia

Assinou como advogado

Informações

08 de abril de 2025, 13:12:30 DÉBORA LOFIEGO RODRIGUES PAIVA assinou como presidente (Autenticação via E-mail)
IP: 201.26.18.238

08 de abril de 2025, 13:12:38 PRISCILA FRANÇA PARIGINE assinou como diretor (Autenticação via E-mail)
IP: 201.26.18.238

08 de abril de 2025, 13:12:46 Maximiliano José Ranzani Garcia assinou como advogado (Autenticação via E-mail)
IP: 201.26.18.238



Documento assinado com validade jurídica

Para validar, acesse o verificador de conformidade do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) através do link <https://validar.iti.gov.br> ou <https://verificador.iti.br> e envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória Nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001.